
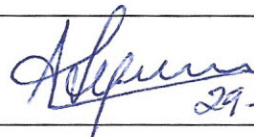


PROCEDIMENTO - IAM.04

INVESTIGADORES

VALIDAÇÃO

	NOME/CARGO	RÚBRICA/DATA
ELABORADO POR:	TIAGO TEIXEIRA / INVESTIGADOR	 29.12.2017
APROVADO POR:	MIGUEL SEQUEIRA / DIRETOR	 29-12-2017

REGISTO DE EDIÇÕES/ALTERAÇÕES

EDIÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES
01	29/12/2017	N/A

PROCEDIMENTO N.º 04 - IAM

Investigadores

1. Introdução

Nos termos da Diretiva 2009/18/CE, de 23 de Abril de 2009, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação de acidentes no sector do transporte marítimo, o GAMA deve assegurar que os investigadores possuam conhecimentos e experiência práticos nos domínios relacionados com as suas funções normais de investigação. Deve igualmente assegurar o pronto acesso a conhecimentos especializados, conforme necessário. Nos termos do Decreto-Lei n.º 236/2015, o perfil dos trabalhadores com funções técnicas do GAMA é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área do mar (Portaria n.º 109/2017 de 15 de março). Este procedimento aplica-se aos processos de seleção e recrutamento, formação (inicial e continuada) e treino dos trabalhadores que desempenham ou se preparam para desempenhar as funções de investigação de acidentes ou acidentes marítimos.

Este procedimento contempla as seguintes fases:

- Requisitos para o exercício das funções
- Qualificação inicial dos Investigadores do GAMA
- Manutenção das competências dos Investigadores do GAMA
- Arquivos Pessoais e Informação Documentada da Formação

1. Requisitos para o exercício das funções

Os requisitos para os lugares de técnico com funções de investigação de acidentes marítimos (abreviadamente referido como “investigador”) são os requisitos gerais estabelecidos na legislação portuguesa aplicável aos trabalhadores em funções públicas, acrescidos das exigências expressas no Decreto-Lei n.º 236/2015 de 14 de outubro e na Portaria n.º 109/2017 de 15 de março, bem assim como as condições que são estabelecidas neste procedimento do GAMA. As competências e funções do investigador de acidentes marítimos estão descritas no Anexo I, nos termos da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo.

2. Qualificação inicial dos Investigadores do GAMA

Os investigadores são obrigados a realizar formação inicial necessária e adequada para atingirem as competências que constam na Portaria n.º 109/2017. No final da primeira fase (formação curricular) serão avaliados e, se declarados aptos, serão incluídos nas equipas de investigação, para que possam ainda adquirir o treino adequado à realização das atividades de investigação com a autonomia, o rigor e a independência exigível pela regulamentação aplicável.

O conteúdo programático, a duração e o regime de realização da formação inicial, que inclui as atividades de treino para investigador, são estabelecidos no Anexo II.

3. Manutenção das competências dos Investigadores do GAMA

Aos investigadores do GAMA é-lhes exigido que se comprometam com a manutenção e o desenvolvimento contínuo de suas competências, a par das responsabilidades que lhes são atribuídas.

Para garantir que os investigadores do GAMA se mantêm competentes e atualizados sobre equipamentos, técnicas, procedimentos e outros desenvolvimentos nas áreas em que têm de realizar atividades de inspeção, é elaborado anualmente um programa de formação que terá em conta:

- as necessidades de formação que resultem da avaliação de desempenho individual;
- o estabelecimento de novos requisitos nos referenciais de regulação;
- os projetos de desenvolvimento em que o GAMA estiver envolvido.

Deve ser dada particular relevância à formação dos investigadores em áreas que alarguem o leque de competências da equipa de investigadores.

A formação a realizar compreenderá ações internas ou externas, ministradas por entidades de reconhecido e relevante contributo, nas áreas ligadas à investigação de acidentes marítimos, nomeadamente as ações da iniciativa da EMSA e da IMO.

Considera-se como oportunidade de qualificação dos investigadores do GAMA, a participação em atividades conjuntas com entidades congéneres, visando a harmonização de práticas e procedimentos e a validação interpares.

4. Arquivos Pessoais e Informação Documentada da Formação

O trabalhador com funções de investigação, sem prejuízo da adequada conservação do seu processo individual, possui um registo pessoal que se destina a evidenciar o cumprimento dos requisitos de qualificação.

A informação a documentar refere-se ao percurso profissional do investigador, nomeadamente:

- ficha individual de formação, com o registo de todas as ações em que participou como formando (em modelo que consta no Anexo III);
- detalhes pessoais biográficos relevantes (nome, NIF e n.º interno de colaborador – cartão de identificação do GAMA);
- detalhes da sua vida profissional (postos de trabalho, períodos);
- descrição de tarefas relevantes desempenhadas (comunicações, formação dada, trabalhos publicados, etc.);
- evidências das formações em que participou, das qualificações e das habilitações académicas;
- cópias de autorizações, declarações de competência ou licenças atribuídas;
- resultados das avaliações de desempenho.

A responsabilidade pela logística e administração necessárias à conservação, organização e eventual destruição dessa informação respeita o que está estabelecido no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 236/2015.

Cada investigador do GAMA é responsável por fornecer toda a informação relevante que lhe diz respeito, nomeadamente as cópias de certificados que atestem as suas qualificações / licenças (para exercício de atividades específicas) e as evidências da formação relevante realizada. A participação em qualquer ação de formação tem de ser documentada na ficha individual de formação de cada investigador, além de todos os documentos que atestam a sua participação e o resultado de avaliação durante a formação, se for o caso.

Compete ao dirigente que seja responsável pela avaliação de desempenho (SIADAP 3), informar e fornecer os resultados da avaliação do desempenho do trabalhador, para constarem do seu processo individual de inspetor do GAMA.

O acesso a arquivos e registos pessoais é restrito, de acordo com a legislação nacional e europeia aplicável.



(deixada intencionalmente em branco)

ANEXO I

Funções de Investigação

(deixada intencionalmente em branco)



(Nos termos da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo.)

Compete ao investigador responsável, designadamente:

- a) Proceder à listagem imediata dos elementos de prova e à busca controlada do casco, dos destroços e de outros componentes ou matérias para perícia ou análise, salvo decisão de autoridade judiciária ou policial em contrário;
- b) Proceder à remoção controlada do casco, dos destroços e de outros componentes ou matérias para perícia ou análise, salvo decisão de autoridade judiciária, marítima ou policial em contrário;
- c) Requisitar a entidades tecnicamente competentes e idóneas a perícia ou análise dos elementos referidos na alínea anterior;
- d) Investigar todas as circunstâncias em que ocorreu o acidente ou incidente, incluindo aquelas que podem não estar diretamente a ele ligadas, mas que se entenda serem relevantes para a investigação técnica em curso;
- e) Requisitar à autoridade judiciária competente os relatórios das autópsias dos membros da tripulação que tenham falecido no acidente ou venham a falecer posteriormente como consequência deste, bem como os exames e os resultados das colheitas de amostras, efetuadas nas pessoas envolvidas na operação do navio, ou em outras pessoas de interesse para o caso, e nos corpos das vítimas;
- f) Solicitar às autoridades policiais a realização de testes de alcoolemia ou despistagem de estupefacientes nas pessoas envolvidas no acidente;
- g) Solicitar às autoridades judiciárias, marítima ou policiais a identificação das testemunhas já ouvidas por aqueles;
- h) Solicitar à DGRM toda a informação de que esta disponha sobre os navios, infraestruturas, marítimos, companhias ou proprietários e organizações reconhecidas, com interesse para a investigação técnica, incluindo os relativos a certificados, licenças, vistorias e inspeções, bem como qualquer informação adicional considerada relevante para a investigação;
- i) Solicitar às autoridades judiciárias, marítima ou policiais, sem prejuízo da investigação judiciária, a conservação, custódia e vigilância do local e destroços e a autorização para efetuar o mais rapidamente possível os exames e estudos necessários relativamente às pessoas e vestígios materiais de qualquer espécie relacionados com o acidente;
- j) Solicitar ao centro de busca e salvamento marítimo competente toda a informação sobre o acidente considerada relevante para a investigação técnica;
- k) Solicitar ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., a preparação de relatório da situação meteorológica e da informação meteorológica disponível na altura do acidente ou incidente;
- l) Determinar aos serviços de controlo de tráfego marítimo a cativação, durante o período de tempo necessário à investigação técnica, dos registos de imagem e de comunicação VHF e requerer a sua transcrição;
- m) Solicitar aos pilotos e a outro pessoal portuário ou marítimo toda a informação de que estes disponham considerada de interesse para a investigação técnica;

- n) Recolher depoimentos de pessoas envolvidas e de testemunhas sem a presença de outras cujos interesses possam ser considerados passíveis de dificultar a investigação técnica em curso;
- o) Obter os registos das vistorias e outras informações pertinentes na posse do Estado de bandeira, das companhias, das organizações reconhecidas ou de qualquer outra parte com interesse no caso, sempre que essas partes ou os seus representantes estejam estabelecidos em Portugal;
- p) Elaborar, nos termos previstos, o relatório final, provisório, ou simplificado.

ANEXO II

Conteúdo e duração da formação inicial de investigadores

(deixada intencionalmente em branco)



Conteúdo do Curso de Investigador de Acidentes Marítimos (Core Skills for Accident Investigators Course - EMSA)

Duração: 35 horas

- Objetivo da investigação de acidentes e incidentes marítimos e princípios básicos;
- Prontidão operacional e organização dos processos de trabalho;
- Avaliação e análise do local da ocorrência e identificação de perigos;
- Recolha de evidências;
- Elemento humano;
- Entrevista a testemunhas e intervenientes;
- Análise de provas e evidências;
- Desenvolvimento de recomendações de segurança e acompanhamento;
- Relatórios de investigação, finais e provisórios;
- Procedimentos com Estados-Membros;
- Procedimentos com Estados-Não Membros;
- Procedimentos com entidades nacionais;
- Utilização da Plataforma europeia de informações sobre acidentes marítimos (EMCIP).

FORMAÇÃO ON-THE-JOB-TRAINING

Fase (treino) prática, com a duração de 70 horas, no regime de *on-the-job-training* (formação no posto de trabalho). O formando executará as atividades inerentes às funções de investigador, sob orientação e avaliação de um tutor/supervisor nomeado pelo Diretor do GAMA.

<i>Número total de investigações em treino</i>	2 investigações
---	-----------------

<i>Atividades</i>	Duração (número de horas)	
	Por investigação	Total
Recolha de evidências e entrevista a testemunhas e intervenientes	7	14
Análise de provas e evidências e desenvolvimento de recomendações de segurança	21	42
Elaboração do relatório da investigação	7	14

(deixada intencionalmente em branco)

ANEXO III

Modelo da ficha individual de registo da qualificação do investigador

(deixada intencionalmente em branco)

FICHA INDIVIDUAL DE REGISTO DA QUALIFICAÇÃO

NOME DO COLABORADOR					
FUNÇÃO / CARGO / CATEGORIA / CARREIRA				NIF	
INÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	__/__/__	INÍCIO DE FUNÇÕES NO GAMA	__/__/__	EQUIPA	
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS / ENTIDADE				DATAS DE CONCLUSÃO	__/__/__ __/__/__

1. FORMAÇÃO GERAL

DATA DE INÍCIO	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	LOCAL	DURAÇÃO	ENTIDADE FORMADORA

2. FORMAÇÃO ESPECÍFICA

DATA DE INÍCIO	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	LOCAL	DURAÇÃO	ENTIDADE FORMADORA

3. FORMAÇÃO ESPECÍFICA NOS REFERENCIAIS APLICÁVEIS

DATA DE INÍCIO	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	LOCAL	DURAÇÃO	ENTIDADE FORMADORA

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RELEVANTE PARA AS FUNÇÕES

A) EXTERNA

DATAS DE INÍCIO E FIM	FUNÇÕES DESEMPENHADAS	ENTIDADE ONDE DESEMPENHOU

B) INTERNA

DATAS DE INÍCIO E FIM	FUNÇÕES DESEMPENHADAS	EQUIPA

5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

PERÍODO EM AVALIAÇÃO		RESULTADO DA AVALIAÇÃO	RECOMENDAÇÕES PARA FORMAÇÃO	AVALIADOR
DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM			

6. OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA A QUALIFICAÇÃO:
